ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 35ª LEGISLATURA, 2021/2024, REALIZADA NA CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ, EDIFÍCIO MANUEL CORRÊA DO PRADO, SITUADA NA PRAÇA CORONEL PACHECO DE MEDEIROS, S/Nº, CENTRO, MURIAÉ – MG. Ao 1º (primeiro) dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte dois, ás dezoito horas e cinquenta minutos, sob a Presidência do Vereador Waltecy Rodrigues da Costa Junior 'Ciso', reuniram-se os Exmos. Srs. Vereadores componentes do Poder Legislativo Municipal, para a realização da reunião ordinária semanal, discussão e votação das matérias constantes do Expediente da Ordem do Dia. O 2º Secretário, Vereador Delsinho, procedeu a chamada nominal para verificação de quórum. Havendo número legal e regimental, estando ausente apenas o Vereador Anderson, justificadamente, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e consultou o Plenário sobre a possibilidade de uma alteração na Mesa dos trabalhos, passando o 1º Vice-Presidente, Vereador Valdinei, a fazer parte da mesma, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, concedeu a palavra ao 1º Vice-Presidente para que proceda a leitura de um trecho da bíblia, refletindo sobre o tema. Após consultou os vereadores sobre a dispensa da leitura das Atas referentes à 12ª, 13ª, 14ª, 15ª e 16ª Reuniões Extraordinárias da 1ª Sessão Legislativa, bem como da 1º Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa, que foram disponibilizadas aos vereadores no grupo de whatsapp e serão após aprovadas, disponibilizada no site da Câmara. Dada palavra à Vereadora Míriam ela questionou sobre o Oficio de Protocolo nº167/22, solicitando que o mesmo fosse lido e constado em ata. Atendendo a solicitação da Vereadora Míriam o Diretor Jurídico, Dr. Francisco fez a leitura do mesmo, que passa a constar em anexo a esta Ata. Dada palavra à vereadora Dra. Míriam ela disse que não aprova e não assina a 15ª Ata, pois observando o áudio de gravação disponibilizado no youtube, verifica-se que a mesma está incompleta, não tendo a sua fala, bem como a dos vereadores Gerson, Rangel e Reginaldo.Com a palavra o Diretor Jurídico disse que, não estava presente à época, mas tomando por base a ata conforme repassada e analisando tecnicamente a parte regimental do

ocorreu na 15ª e 16ª Reuniões Extraordinárias, há que se falar que não houve reunião por falta de quórum, não tendo, assim, como constar os requerimentos em uma reunião que não ocorreu, esse é o fato; porém a Vereadora pode solicitar uma emenda na ata, pedindo para incluir nas mesmas as suas falas. Voltando a falar, a Vereadora Míriam disse que foi uma reunião on-line, que encontra-se gravada e esperava que as falas fossem transcritas. Dada palavra ao vereador Rangel ele corroborou as falas da Dra. Miriam, disse que muito embora o quórum não tenha se instalado, a partir do momento que foi lavrado uma ata e que se constou da mesma que não tinha quórum, não há justificativa plausível para que não constasse as consignações feitas por ele, pela Vereadora e quem mais estava presente; finalizando disse que gostaria que constasse em ata as suas falas, bem como das outras pessoas presentes Dada palavra ao vereador Frederico ele disse que em 2021, assim que começaram as reuniões extraordinárias, avisou ao Presidente sua dificuldade em comparecer às reuniões extraordinárias, devido a sua profissão, então gostaria que constasse nas atas a justificativa de sua ausência. Com a palavra o Diretor Jurídico esclareceu que não houve votação das atas disponibilizadas nesta reunião e que conforme solicitação dos Vereadores Rangel e Míriam, passa a constar da 15ª Ata o seguinte: "Com a palavra a vereadora Míriam disse estranhar a ausência de alguns vereadores que concordaram com a realização desta audiência e falou sobre o PL 298/21, em pauta, que trata de suplementação para pagamento da folha, que é muito importante que seja aprovado ainda este ano, porque são despesas contraídas agora com pessoas que estão trabalhando na área da saúde, obras, defesa civil, dentre outros; finalizando pediu que constasse em ata todas as falas da reunião de ontem, dia 29 de dezembro. Com a palavra o vereador Ademar parabenizou os presentes, falou da importância deste projeto e criticou a ausência dos demais vereadores. Com a palavra o Vereador Reginaldo disse que apesar de não ser da área do direito, se preocupa muito com o estrito cumprimento legal e consultando o Regimento, verificou que o artigo 25 trata exatamente da perda de mandato por vereador, por algumas atitudes, inclusive em decorrência das ausências em reuniões ordinárias e

extraordinárias; suscitou, devido a importância da matéria, que seja convocada uma outra reunião extraordinária para amanhã, pois ainda haveria tempo hábil de ser aprovada e sancionada; finalizando, disse que se não houvesse novamente quorum já seriam duas reuniões de ausências e o regimento possibilita a perda de mandado em caso de 5 faltas em reuniões extraordinárias. Voltando a falar a vereadora Míriam questionou se algum vereador justificou a ausência. Com a palavra o Diretor Jurídico disse que, salvo algum engano, apenas os Vereadores Ciso e Delsinho justificaram a ausência. Voltando a falar a Vereadora Miriam pediu para constar em ata que os vereadores ausentes não se justificaram. Voltando a falar o Diretor Jurídico convocou todos para uma nova Reunião Extraordinária amanhã às 19 hs e 30 min. Dada palavra ao Vereador Devail ele disse que esta nova reunião é uma oportunidade dos vereadores reverem a situação que eles estão criando com os funcionários, que estão esperando a aprovação do mesmo para receber. Com a palavra o Vereador Gerson agradeceu ao Presidente a flexibilidade de ter feito esta reunião de forma remota, permitindo a participação de todos, percebendo assim que as faltas são manobras políticas para prejudicar nossa cidade. Em aparte o vereador Rangel também falou da importância da flexibilização da reunião, disse que hoje dispomos de recursos e é muito difícil que alguém diga que não pode participar, devendo ter uma justificativa, afinal estamos decidindo questões orçamentárias"; passa a constar na 16ª Ata o seguinte: "Com a palavra a vereadora Miriam questionou se os vereadores ausentes apresentaram justificativas. Com a palavra o Diretor Jurídico disse que até o momento não foi apresentada nenhuma justificativa por parte dos vereadores ausentes; com relação ao pedido feito pelo vereador Reginaldo, na reunião de ontem, referente às faltas de vereadores, disse que o Presidente se manifestou através de ofício, lido nesta data e que será encaminhado para que providências sejam tomadas. Dada palavra ao Vereador Reginaldo ele fez um adicional, *tendo em vista* o parágrafo 4º, inciso III, do art. 25 do Regimento Interno que remete as faltas apenas ao período ordinário de reuniões, excetuando as faltas no recesso e nas reuniões convocadas pelo prefeito, pedindo para que a certidão fosse feita nestes termos e que

este expediente seja encaminhado, também, a Presidência do PTB Municipal"; bem como passa a constar da 12ª, 13ª, 15ª e 16ª a justificativa do Vereador Frederico. Dada palavra ao vereador Reginaldo ele disse que havia pedido estas atas para que pudesse lê-las com um pouco mais de tempo e não conseguiu, pedindo ao Presidente que disponibilize no grupo as atas que seriam votadas hoje, tão logo as correções sejam feitas, para confirmar se a transcrição corrobora com o que falamos. Com a palavra o Presidente disse que, antes da próxima reunião as atas serão disponibilizadas. Dada palavra ao vereador Rangel ele questionou ao Presidente se há alguma objeção de que os vereadores tenham acesso às atas na secretaria da câmara, citando o direito ao acesso a informação e dizendo que em seu entendimento deveriam ser acessíveis a qualquer do povo.Com a palavra o Diretor Jurídico esclareceu que todas as atas aprovadas estão disponíveis no site da câmara. Voltando a falar o Vereador Rangel questionou qual o óbice que o vereador tem em ter acesso ao livro de protocolo e as atas na própria secretaria. O Presidente frisou que não há nenhuma objeção, porém as atas aprovadas já estão disponíveis no site. Dada palavra ao Vereador Reginaldo ele disse não ter conseguido acesso às atas, em momento tempestivo, apenas quando foram disponibilizadas no grupo; disse ainda que teve objeção ao protocolo, só conseguindo acessar após autorização da Presidência, motivo pelo qual solicitou ao Presidente que, como se trata de documento público, que os livros de protocolo sejam acessíveis aos vereadores a qualquer momento, salvo se estiveres sendo utilizados no momento; com relação a ata disse que até entende que ainda possa estar em redação final, mas seria bom que já tivesse autorização de acesso aos vereadores, tão logo estivesse pronta.Com a palavra o Diretor Jurídico disse com base na lei de acesso a informação, citada pelo Vereador Rangel, o prazo é de 20 dias, prorrogável por mais 10, sendo certo que não foi disponibilizado devido ao exíguo espaço de tempo, tendo em vista que o ofício foi protocolado mais tarde, dependendo de uma análise da Presidência e tão logo a Presidência tome conhecimento, será analisado e tomado os meios necessários para disponibilização dos documentos, ainda que estejam disponíveis no site. Dando

seguimento a reunião, o Presidente consultou o Plenário sobre a dispensa da leitura das proposições (indicações, representações, moções e requerimentos), bem como das correspondências recebidas, que também foram disponibilizadas, o que foi aprovado por unanimidade. Do Expediente da Ordem do Dia constaram: as proposições apresentadas pelos Vereadores, bem como o Projeto de Lei nº 212/21, de autoria do vereador Christian, que "Dá denominação à logradouros públicos"; Projeto de Lei nº 213/21 (ligado ao Pl 225/21-mesmo teor), de autoria dos vereadores Anderson, Ademar, Christian, Devail, Frederico, Gerson, Míriam, Lelei, Rangel e Valdinei, que "Altera dispositivos da Lei nº 3.432/07 e da Lei 3.824/09"; Projeto de Lei nº 226/21, de autoria do vereador Christian, que "Dispõe sobre a implantação do 'Programa educacional para pratica de educação física'"; Projeto de Lei nº 264/21, de autoria do Vereador Christian, que "Altera a Lei Complementar 5.728/18"; Projeto de Lei nº 265/21, de autoria do Vereador Christian que "Estabelece obrigatoriedade de isonomia de cobrança de preços aos açougues, mercados, padarias e/ou estabelecimentos similares que comercializem carnes e frios de qualquer espécie sobre o mesmo produto ou marca"; Projeto de Lei nº 272/21, de autoria do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar nº 3.195/05 - Código Tributário Municipal"; Projeto de Lei nº 01/22, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetivar abertura de crédito adicional suplementar na LOA"; Projeto de Lei nº 03/22, de autoria do Vereador Forim, que "Declara de Utilidade Pública a Associação Quatro Estações"; Projeto de Lei nº 05/22, de autoria do vereador Anderson, que "Dispõe sobre a criação, implantação e implementação do banco de leite humano no âmbito do Município de Muriaé"; Projeto de Lei nº 07/22, de autoria do Poder Executivo, que "Acrescenta dispositivo à Lei Municipal nº 6.163/21"; Projeto de lei nº 08/22, de autoria do Poder Executivo, que "Acrescenta ação ás Metas Físicas da Lei 6.290/21"; Projeto de Lei nº 09/22, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetivar abertura de crédito adicional especial na LOA"; Projeto de Lei nº 10/22, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetivar abertura de crédito adicional

suplementar na LOA"; Projeto de Lei nº 11/22, de autoria do Poder Executivo, que "Dá denominação ao Bairro Villa Real"; Projeto de Lei nº 12/22, de autoria da Vereadora Míriam que "Dispõe sobre a apresentação de ações intersetoriais de prevenção e enfrentamento às consequências das chuvas no Município"; Projeto de Lei nº 13/22, de autoria da Vereadora Míriam que "Dispõe sobre normas de controle e segurança para as barragens situadas no município"; Projeto de Lei nº 14/22, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetivar abertura de crédito adicional especial na LOA"; Projeto de Lei nº 15/22, de autoria do Poder Executivo, que "Acrescenta ação às metas físicas da lei 6.290/21";Projeto de Lei nº 16/22, de autoria do Poder Executivo, que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.163/21"; Projeto de Lei nº 17/22, de autoria do Poder Executivo, que "Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetivar abertura de crédito adicional suplementar na LOA"; Emenda à Lei Orgânica nº 01/22, de autoria dos vereadores Anderson, Frederico, Celsinho, Elvandro, Forim, Valdinei, Leley e Ciso que, "Insere o artigo 115-A" e Veto de Protocolo nº 1.209/21, ao Projeto de Lei nº 282/21, de autoria do vereador Leley. Após o Presidente concedeu a palavra ao Diretor Jurídico, Dr. Francisco, que procedeu a leitura da Portaria nº 43/22, que nomeiam as Comissões Permanentes desta Casa, declarando ao final empossados seus membros; fez a leitura dos Projetos de Leis que deram entrada e nomeou a comissão do veto formada pelos vereadores Delson, Elvandro e Gerson. Passando aos pronunciamentos do Primeiro Expediente foi dada palavra ao Vereador Frederico que agradeceu a presença de todos os feirantes que não tiveram a dignidade de trabalhar em 2021e fez uma moção de aplausos a sua filha Giovana pela sua aprovação em 1º lugar em Medicina, na Redentor. Dada a palavra aos vereadores Gerson e Delsinho eles pediram para assinar a Moção em conjunto com o vereador Frederico. Dada palavra ao Vereador Forim ele falou sobre a questão do mercado do produtor, que tem gerado muitas polêmicas nos últimos dias, polêmicas estas fruto de um trabalho incessante dele, dos vereadores Frederico, Anderson e demais, os quais vem vivenciado a cada dia os problemas enfrentados pelos feirantes; disse não ter como ficar de braços cruzados

diante de uma possível ação que o Poder Executivo em destruir uma estrutura que está praticamente finalizada para construir uma outra; disse que o Executivo logo que assumiu o mandato, ao invés de se preocupar com o sofrimento dos feirantes e finalizar as obras, rapidamente providenciou uma empresa para fazer auditorias nas obras feitas pela gestão passada; disse que não está aqui para defender ex-prefeito, bem como o atual prefeito; criticou a fala do Secretário de Obras em uma rádio da nossa cidade, dizendo que ia desmontar o galpão, para montar na entrada do bairro patrimônio onde fica o almoxarifado da Prefeitura; questionou a questão de crime ambiental alegada, pois se tem crime ambiental, deve ter também pra quem construiu todas as demais edificações existentes no local; disse que estão querendo plantar uma ideia na mente da sociedade que é simplesmente desmontar, porém não tem como desmontar sem ter prejuízo ao erário; disse que o atual prefeito tem o desejo de fazer uma mega estrutura, um shopping das verduras, pedindo ao Executivo que olhe para os feirantes, pois é inadmissível brincar com o dinheiro público e com esta classe, tão importante; finalizando disse que se o Prefeito tem um desejo próprio que ele pegue seu dinheiro e construa nos seus terrenos o que ele quiser, não sendo correto cumprir desejo com dinheiro do povo. Com a palavra o Presidente frisou que sem prejuízo não tem como, mesmo que aproveite o ultimo grão de areia, terá perdido a mão de obra utilizada. Dada palavra ao vereador Gerson ele disse que é produtor rural, inclusive sua mãe mora em São João do Gloria; disse que os projetos devem ser analisados, nossa cidade cresceu muito e uma nova feira, como proposta pelo Executivo irá aumentar muito a renda dos feirantes; disse que Muriaé está num processo de crescimento exorbitante e a cidade ganha muito com este novo projeto; disse estar pensando no lado bom, no futuro da nossa cidade, esclarecendo que não está aqui defendendo o lado de prefeito, mas sim porque acredita que este projeto seja melhor para a cidade. Com a palavra o Presidente interveio pedindo aos presentes que se contenham na manifestação e respeitem o vereador que está na tribuna; disse entender a indignação deles e sugerir que eles indiquem uma pessoa da classe dos feirantes para fazer o uso da Tribuna. Voltando a

falar o vereador Gerson, disse que apenas esta manifestando sua posição, pensando no futuro de nossa cidade e o bem de todos, finalizando disse que o importante é melhorar a condição de trabalho para todos. Com a palavra o Presidente frisou que cada um tem sua opinião, disse não concordar com a opinião do vereador, porque a gestão passada não conseguiu terminar a obra, a nova gestão tem mais de um ano e só falam em desmanchar, com isso o tempo vai passando e daqui a pouco já passou sua gestão. Dada palavra ao vereador Celsinho ele disse que esta questão vem se arrastando a mais de 1 ano, disse que assim que o atual prefeito ganhou a eleição, ele ligou para o empreiteiro e deu ordem para parar a obra, pois se continuasse não iria receber; falou sobre o projeto de lei que veio para esta Casa, foi aprovado, para que pudessem pagar o restante da execução do mercado do produtor e de todas as praças, o que ainda não aconteceu; disse admirar o Prefeito dizer que tem um projeto ambicioso, muito bonito é claro, inclusive viu a maquete, pois o mesmo já foi prefeito desta cidade durante 8 anos, poderia ter feito e não fez, esperou que outro fizesse para ele querer desmanchar e fazer de novo; falou do sofrimento dos feirantes com toda esta situação; manifestou sua indignação em destruir a obra, simplesmente porque a obra foi iniciada pelo Prefeito da administração anterior; disse que esta situação vem acontecendo também na área da saúde com a UPA; finalizando pediu encarecidamente ao Executivo que dê um pouquinho de atenção á esta classe e termine o mercado do produtor, para que os feirantes possam trabalhar com dignidade. Dada palavra ao Vereador Elvandro ele manifestou sua indignação com relação ao Demsur, disse que o bairro Santo Antônio II, em especial a Rua Rosa Moreira, tem direito a ter varredor, porque os moradores pagam taxa de esgoto e de lixo; disse que a Consola é uma pessoa de alta competência, mas infelizmente ela não tem o poder de mandar, são pessoas por traz que estão administrando o Demsur; falou sobre uma pessoa presente no Plenário, Bruno, que está há anos na fila de cirurgia; disse que se a emenda impositiva tivesse sido aprovada ele seria um dos contemplados, pois tem um problema sério nas pernas. Com a palavra o Presidente falou sobre a emenda impositiva, que mais uma vez deu entrada nesta Casa, disse

que ela foi lida hoje, muito em breve será colocada em votação e tem certeza que será aprovada por unanimidade. Dada palavra ao vereador Valdinei ele questionou o fato das obras construídas ou iniciadas pela gestão passada serem abandonadas por esta gestão, como observamos com a lagoa da gávea, praças, bem como a UPA; falou sobre o Pl 14, que solicita suplementação para que seja efetuado o pagamento de dezembro dos funcionários da UPA; falou sobre sua preocupação em relação ao Pl 114, tendo em vista estão retirando recurso do orçamento de 2022; disse que as obras do mercado do produtor já estão quase prontas, faltando apenas alguns detalhasse o atual prefeito quer tirar dinheiro do povo, que poderia investir na saúde, para destruir o que já foi feito e fazer de novo; falou sobre o seu vídeo, disse que em 2021, dedicou seu trabalho em fiscalizar obras que não tinham sido finalizadas no mandato anterior, fez algumas denúncias de irregularidades e acionou o Poder Executivo para tomar muitas medidas, porém precisa dar sequência ao trabalho, e este ano está fiscalizando o governo do atual prefeito, como é o papel do vereador; disse que esteve na Escola Estela Fidélis no aeroporto e que serão gastos lá 4 milhões e meio para reforma, o que se sabe é que estão tirando os azulejos pra recolocar, vão fazer algumas adaptações, colocar elevador e mudar a entrada da escola, não conhecem ou sequer o projeto; disse que este valor daria pra construir no mínimo duas escolas e é um absurdo o que estão fazendo com o dinheiro público em nossa cidade; falou sobre a questão do Demsur, disse que o mesmo teve um faturamento em 2021 de quase 50 milhões de reais, não sendo possível que não tenha dinheiro para investir na limpeza de nossa cidade. Dada palavra ao vereador Delsinho ele falou sobre o projeto da feira, disse que de forma alguma vai contra o progresso de nossa cidade, porém cada um tem sua opinião; disse que a administração quer fazer um projeto ambicioso, mas precisam pelo menos viabilizar um outro local para os feirantes, haja vista que eles estão tomando prejuízo, sem trabalhar. Em aparte o Vereador Forim relembrou a muralha que será construída lá no horto florestal, onde serão gastos mais de 16 milhões, um descaso com o dinheiro público, com tantas obras que precisam ser feitas em nossa cidade ou pelo menos terminar as que estão em

andamento. Dada palavra ao Vereador Frederico ele disse esperar que este muro não seja igual ao construído atrás da AABB, que está caindo tudo. Dada palavra à vereadora Míriam ela falou sobre a questão do mercado do produtor rural, disse que infelizmente o projeto não foi concluído em 2020, o que gera estranheza, pois a obra tinha um avanço de execução, faltava-se pouco para construir e do período eleitoral até o final do ano daria muito bem para conclusão da obra; disse que a obra infelizmente paralisou em virtude do resultado das eleições e ficou para a gestão atual levantar a questão, não só desta obra como de todas as demais financiadas pelo Finisa, onde foram feitas auditorias, como de praxe, para efeito de seguir ou não com a obra e avaliar se foram constatadas irregularidades, motivo pelo qual não houve a continuidade destas obras no atual governo; disse que é o prefeito que prioriza suas obras, disse que o ex-prefeito priorizou quebrar todas as praças para refazê-las, ninguém falou nada, deixou destruir e deixar de fazer nos bairros que não tinham; disse que também quer que seja solucionado a situação do mercado do produtor o mais rápido como todos anseiam; disse que o projeto da feira está pronto, acredita que será licitado ou já foi, mas não pode iniciá-lo enquanto o MP não apurar as irregularidades levantadas pela auditoria; disse que a cidade merece uma obra melhor no mercado do produtor, resolvendo inclusive com dignidade a situação dos camelos; disse que precisa ser dado voz aos feirantes e aos camelos, porque eles também querem seu espaço e a feira é um local excelente; com relação a questão ambiental levantada, disse que as leis ambientais mudam muito, em 2009 era uma Lei que não seguia o código florestal hoje segue e tem outro tipo de exigência legal, o afastamento do rio hoje são 30 metros, na época era 15 metros por exemplo; comentou sobre a questão dos recursos da UPA, falou sobre o oficio que fez ao Executivo e a empresa que administra, tendo em vista vários questionamentos recebidos sobre a questão dos pagamentos; falou sobre a publicação pela empresa em seu site, onde informa ao governo o que pagou e recebeu da prefeitura no exercício de dez/21, disse ter recebido aproximadamente 2 milhões de reais, possuía um saldo de aproximadamente 700 mil, fechando dezembro com 2 milhões, 600 e poucos mil;

disse que o secretario esteve aqui e falou que a UPA gasta no máximo de 900 a 1 milhão de reais mês; finalizando disse que se ainda não pagou o mês de janeiro, o dinheiro está na conta e precisamos apurar quem de fato esta falando a verdade. Com a palavra o Presidente questionou a Dra. Miriam quem paralisou a obra do mercado do produtor, foi a prefeitura ou o MP. Em resposta a vereadora disse que foi a prefeitura, porque os gastos que foram aplicados segundo a auditoria foram gastos impróprios. Com a palavra o Presidente cumprimentou a todos, disse que fica indignado com a situação do mercado do produtor, disse que estão brincando com o dinheiro público e com os feirantes e que eles podem contar com esta Casa no que tiver ao seu alcance. Em aparte o vereador Valdinei disse entender a posição da Dra. Miriam, como líder do governo; com relação às informações passadas pela vereadora com relação aos repasses da UPA ela esqueceu de falar sobre que mês se refere este pagamento, para que possamos entender, pois se os recursos estão sendo repassados e a empresa não está pagando os funcionários, precisamos tomar as medidas cabíveis, isso é muito sério; disse ser muito contraditório esta situação pois no final do vídeo do secretário de saúde ele assume que existem atrasos. Dada palavra a vereadora Dra. Miriam ela disse que para efeito de informação os valores acima citados são de 2021, a informação da empresa é do dia 14 de janeiro de 2022, onde a empresa assina que recebeu; disse que se o pagamento não esta sendo feito é questão de apurar, porque está saindo na conta da prefeitura; com relação a fala do secretário disse ser pertinente ao PL 10, porque agora que a empresa colocou no sistema a alteração de classificação da UPA, então chegou um dinheiro do governo federal para poder entrar no recurso geral da despesa; disse que até agora a prefeitura bancou tudo com recursos próprios, o que falta pra pagar depende da aprovação deste PL. Com a palavra o Vereador Valdinei disse haver mais uma contradição porque o PL 14 esta aqui exatamente para suplementar a folha de dezembro. Com a palavra o Presidente concedeu a palavra à Sra. Claudia representante dos feirantes que agradeceu a todos pela luta em favor da classe, disse que ouviu nesta noite várias opiniões; com relação a fala do vereador Gerson, disse que o principal para

eles neste momento não é beleza na construção, são feirantes, trabalham muito para adquirir o pão de cada dia; disse que o galpão foi desmanchado a 2 anos, o que vem prejudicando muito os mesmos, que na maioria das vezes estão sem trabalhar; disse que está esse tempo todo sem fazer feira confiando que a partir desta reunião vai ser entregue o galpão; disse que o Sr. José Braz foi prefeito desta cidade por dois mandatos consecutivos a alguns anos e nem se preocupou que o galpão tava feio, caindo aos pedaços; disse que só após vir outro prefeito e iniciar a construção de um novo galpão para trabalharmos é que ele veio e não deixou mais a gente trabalhar; disse que os feirantes estão jogados cada um para um lado, uma parte trabalhando próximo á exposição e uma outra trabalhando na JK; disse que os moradores da JK não querem a feira funcionando ali e estamos pra voltar pra próximo a rodoviária; falou do descaso da administração e do trabalho duro que os feirantes enfrentam para ganhar duzentos, trezentos reais por semana para sobreviverem; falou sobre os impostos que tiveram que pagar, mesmo não sendo oferecidos aos mesmos condições de trabalhar, clamando por ajuda, frisando que os feirantes trabalham para sobreviver, pedindo aos que são contra que comecem a pensar com mais clareza, finalizando agradeceu ao Presidente pela oportunidade. Com a palavra o Presidente disse que eles podem sempre contar com esta Casa. Após os pronunciamentos do Pequeno Expediente o Sr. Presidente iniciou o Grande Expediente, dispensando o intervalo regimental, que foi aprovado por unanimidade e passsou à discussão e votação das proposições apresentadas pelos Srs. Vereadores (*Indicação, Representação, Requerimento e Moção*). Em votação as proposições em bloco, incluindo as verbais: aprovadas por unanimidade.Dada palavra ao Vereador Forim ele disse que a estrategia e tatica do Executivo é tão somente desarticular os feirantes, pois quando voce divide os mesmos a tendencia é enfraquecer o grupo, a categoria; falou sobre o ofício da Mesa Diretora enviado ao Executivo, solicitando que os projetos de leis que tenham por objetivo garantir a prestação de serviços de saude sejam encaminhados a esta Casa em apartado aos demais temas, uma vez que o acumulo de materia em um mesmo projeto torna mais dificultosa e morosa sua tramitação. Dada palavra ao

vereador Valdinei ele distribuiu aos colegas vereadores cópia do termo de colaboração entre o município e o HSP, para que todos tenham conhecimento na íntegra e possam debater posterirmente. Em aparte o vereador Delsinho sugeriu que que seja feita uma representação ao Poder Executivo no sentido de viabilizar a isenção dos impostos para amenizar e ajudar os feirantes. Voltando a falar o Vereador Valdinei disse que fez um requerimento solicintando o cumprimento dos esforços da prestacao de contas para que possamos dar andamento as questões relativas a abertura de créditoao HSP, da forma que tem que ser. Não havendo nada mais a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a Reunião às 20hs 30min. O 1º Secretário determinou ao Diretor Legislativo a lavratura da presente Ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente e demais Vereadores. Câmara Municipal de Muriaé, Plenário Doutor João Evangelista Bandeira de Mello, data supra.

CÂMARA MUNICIPAL
DE MURIAÉ
PROTOCOLO SOB Nº 167
DATA: 01/02/2022
HORA: 18:30

OFÍCIO DE ORDEM

Satisfeitas as formalidades regimentais vigentes, como Presidente da Câmara Municipal de Muriaé à época dos fatos, informo que as Atas das 12ª e 13ª Reuniões Extraordinárias da primeira sessão legislativa encontram-se com erro patente e de GRAVIDADE EXTREMA.

Informa-se que, em momento algum, recebeu a Presidência da Casa Legislativa qualquer tipo de justificativa sobre a ausência do Vereador Frederico Faria, **TRATANDO-SE DE INFORMAÇÃO FALSA, RAZÃO PELA QUAL SOLICITA-SE AO ATUAL PRESIDENTE QUE REQUEIRA AO SERVIDOR QUE CONFECCIONOU A PRESENTE ATA QUE ESCLAREÇA E APRESENTE A FONTE DA INFORMAÇÃO OU DOCUMENTOS PROTOCOLADOS E RECEBIDOS PELA PRESIDÊNCIA OU CORPO JURÍDICO À ÉPOCA QUE CORROBORAM A INFORMAÇÃO.**

As discrepâncias não terminam por aí, haja vista que as atas das 15ª e 16ª Reuniões Extraordinárias não constam o Requerimento Oral realizado pelo Vereador Reginaldo Roriz no dia 30/12/2021; e, ainda, o Ofício Interno lavrado pela Presidência. Segue, em anexo, ata notarial comprovando a leitura de ambos os documentos nas reuniões mencionadas.

Desde já, requer-se a inclusão de tais informações, e a correção das atas mencionadas.

O Vereador Antônio Afonso, ainda, informa que caso as correções não sejam realizadas - por serem documentos, em tese, a que se lhe atribuem autoria, ainda que de forma reflexa, eis que Presidente à época – atribuirá responsabilidade penal a todos os envolvidos, encaminhando os pertinentes documentos, ainda, ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais para a adoção de medidas que considere cabíveis.

Muriaé,

01 de Fevereiro de 2022

Antônio Afonso Soares Tomaz
VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE MURIAÉ - PTB